



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 29/2020

DATA DA CORREIÇÃO VIRTUAL: 27/07/2020

PROMOTOR DE JUSTIÇA: Dejanirio Jonas Filho

(X) TITULAR () SUBSTITUTO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: 3ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão – Controle Externo da Atividade Policial e Questões Agrárias

DISTRITO(S):

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	29/12/1992
1.2 Data de designação/lotação na Promotoria de Justiça	11/04/2019 Observações: Acumulou até maio/2019 com a 1ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Aracaju
1.3 Atribuições	Judiciais: Cível e Criminal Extrajudiciais: Controle Externo da Atividade Policial e Questões Agrárias
1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim () Não (X)
1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos seis meses	Sim (X) Não () Em que unidade? 6ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Qual o período/dias da semana? De 07 a 31/01/2020.
1.6 Recebeu colaboração de membro ou de órgão de execução nos últimos seis meses	Sim () Qual? Não (X)
1.7 Reside na Unidade de lotação	Sim (X) Não ()
1.8 Endereço Residencial	Rua Deputado Sílvio Teixeira, nº 600, apt. 401, Edf. Gentil Barbosa, Bairro Jardins, Aracaju/SE, CEP 49.025-10.
1.9 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim () Portaria de Autorização nº: _____ Data: Não (X)
1.10 Exerce o Magistério	Sim (X) Dados do Estabelecimento e carga horária: Escola Superior do Ministério Público, em atividades eventuais. Não ()

1.11 Férias/Licenças/Afastamentos do último ano	Período de férias do último ano: de 02 a 19/03/2020 e de 23/03/2020 a 01/04/2020. Período de outros afastamentos do último ano: Afastamento para participar, no período de 04 a 06/09/2019, do “XXIII Encontro Nacional do Ministério Público”, na cidade de Goiânia/GO (GED 20.27.0229.0004696/2019-91)
---	--

1.12 Observações da Corregedoria Geral

As férias foram devidamente comunicadas à Corregedoria Geral, conforme disposto no art. 104 da Lei Complementar nº 02/90.

2) DADOS DA PROMOTORIA E DO TRABALHO REMOTO

2.1 Servidores	Nome: Fábio Érik Monte da Silva Cargo: Analista/Direito Nome: Gilberto Dória Dantas Júnior Cargo: Agente Administrativo Nome: Viviane Milena Ferreira de Melo Cargo: Técnico Administrativo Nome: Felipe Lopes Mota Cargo: Estagiário
2.2 A estrutura de apoio é	() Satisfatória (X) Insuficiente Observações: Há necessidade de lotação de mais um técnico administrativo, bem como a disponibilização de equipamento de informática para o trabalho remoto, além de estrutura adequada para visitas externas.
2.3 O atendimento ao público é realizado por intermédio de quais meios?	(X) telefone (X) e-mail institucional Observações: Há Também atendimento presencial.
2.4 Dias/Horário de atendimento ao público	De segunda a sexta-feira, horário do expediente. E, eventualmente, por telefone, em caso de urgência.
2.5 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	15 atendimentos
2.6 Há registro dos atendimentos realizados ao público externo (partes/advogados/comunidade)	Sim (X) Não ()
2.7 Como é realizado o acompanhamento das ações ajuizadas	(X) Quando do recebimento dos autos para manifestação (X) Outra forma de controle. Qual? E-mail.
2.8 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP	Arquimedes: Sim () Não (X) Proej: Sim (X) Não () MPJUD: Sim () Não (X) SCP (TJSE): Sim (X) Não () CITT: Sim (X) Não () IDEPOL: Sim () Não (X) MP-Mobile: Sim () Não (X)

	Disque-100: Sim () Não (X)
2.9 A Promotoria, em sua atuação, observa as nomenclaturas e terminologias presentes nas tabelas taxonômicas do CNMP	(X) Sim () Não
2.10 A Promotoria, em sua atuação, está cumprindo a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Favela Nova Brasília”¹	(X) Sim () Não
2.11 Observações Gerais/Dificuldades enfrentadas na execução do teletrabalho	Dificuldade de acesso à rede do MP/SE, considerando que os servidores só dispõem de computadores pessoais em suas residências, bem como que as internetes das residências são custeadas pelos servidores.

2.12 Observações da Corregedoria Geral

O Promotor de Justiça informou acerca da necessidade de lotação de mais um Técnico do Ministério Público na Unidade Ministerial.

Considerando que falece atribuição à Corregedoria Geral para lotação de servidor, o presente relatório será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes.

3) DADOS GERAIS DA COMARCA

Existe Juiz Titular na Comarca	(X) Sim () Não
Existe Defensor Público na Comarca	(X) Sim () Não
Existe Delegado de Polícia na Comarca	(X) Sim () Não
Como é feito o atendimento de diligências pela Autoridade Policial	(X) Satisfatório () Insatisfatório Observações:
Existe um bom relacionamento com as demais Autoridades da Comarca	(X) Sim () Não Observações: As características da Promotoria impõem a atuação em diversos Juízos e com contato com vários Defensores Públicos, ademais, diante da amplitude de atuação, existe a necessidade de acessar uma gama diversa de outras autoridades (juízes, defensores públicos e delegados).

¹ Abster-se de utilizar os termos “oposição ou resistência à ação policial” e usar a expressão “lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial”.

4) ATUAÇÃO JUDICIAL

Local	TABELA 01 (Certidão – Promotoria Especializada – Anexo 02)		
	Quantidade de processos com carga/vistas ao MP	Quantidade de processos com carga/vista ao MP, há mais de 30 dias no gabinete ministerial	Quantidade de processos em trâmite na Vara
Vara da Comarca	0	0	1.584

Local	TABELA 02 – processos criminais (Certidão – Promotoria Especializada – Anexo02)		
	Quantidade de processos com réus presos	Quantidade de Ações penais do Tribunal do Júri em andamento	Quantidade de sessões do Júri realizadas no último ano antes da correição
Vara da Comarca	0	0	0

Local	TABELA 03 – inquéritos policiais/processos remetidos (Certidão – Promotoria Especializada – Anexo 02)	
	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP há mais de 30 dias
Vara da Comarca	01	0

TABELA 04 – Inquéritos policiais remetidos há mais de 30 dias		
Número do Processo	Data da remessa ao MP	Data do último movimento
-	-	-

	TABELA 05 (Relatório Gerencial do Arquimedes)		
	Quantidade de processos recebidos no último ano antes da correição	Quantidade de processos devolvidos no último ano antes da correição	Média processual mensal
Dados Estatísticos	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes

CLASSE	TABELA 06 (Relatório gerencial do Arquimedes)	
	Quantidade de processos recebidos no último ano antes da correição	Quantidade de processos devolvidos no último ano antes da correição
Processo Cível e do Trabalho	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
Infância e Juventude	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
Inquéritos Policiais	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
Termos Circunstanciados	Não trabalhamos com o sistema	Não trabalhamos com o sistema

	Arquimedes	Arquimedes
Processo Criminal	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
Execução Penal	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
Outras Classes	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
Total da Promotoria	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes

TABELA 07 - (Relatório gerencial do Arquimedes)	
Movimentos por Promotor/Período	Quantidade
1. Ajuizamento	
1.1 – Denúncia	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
1.2 – Petição Inicial	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
1.3 Representação por Ato Infracional	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
2 – Alegações Finais	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
3 – Ciência	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
4 – Manifestação	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
5 – Recomendação	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
6 - Recurso	
6.1 – Razões	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
6.2 – Contrarrazões	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
6.3 – Interposição de Recursos	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
7 – Audiências Judiciais	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
8 – Sessões do Tribunal do Júri	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes
TOTAL	Não trabalhamos com o sistema Arquimedes

4.1) OBSERVAÇÕES GERAIS DO PROMOTOR DE JUSTIÇA SOBRE ATUAÇÃO JUDICIAL

O Promotor de Justiça registrou:

Esta Promotoria correccionada, no que se refere aos Inquéritos Policiais, possui atribuição de Controle Externo, para viabilizar laudos e aferir responsabilidades.

4.2) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO JUDICIAL

No dia da Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial/inquérito policial com carga/vista à Promotoria de Justiça há mais de 30 dias em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação (DOC 01), estando os serviços judiciais atualizados.

Foram juntadas peças processuais (Anexo 04), referentes à atuação judicial da unidade, a saber:

Tipo de peça	Quantidade analisada	Processos	Observações da Corregedoria Geral
Petições	06	201811301107	-Apelação – Ação Civil Pública;
		201511200149	-Apelação – Ação Civil Pública;
		201820300422	- Alegações Finais – crime de peculato;
		201645100105	- Apelação – crimes de lesão corporal e ameaça;
		201811800592	- Réplica – Ação Civil Pública;
		201610900022	- Contrarrazões de Apelação – Ação de Improbidade.

5) ATUAÇÃO ELEITORAL

Zona Eleitoral	SEM ATRIBUIÇÃO		
Municípios de abrangência			
Início da designação	_/_/___		
Fim da designação	_/_/___		
Iniciativas adotadas no âmbito eleitoral			

ESTATÍSTICA ELEITORAL (SEM ATRIBUIÇÃO)				
Local	Quantidade de inquéritos policiais eleitorais em andamento	Quantidade de processos eleitorais em andamento	Quantidade de processos/inquéritos eleitorais há mais de 30 dias em gabinete	Quantidade de processos eleitorais remetidos à Promotoria no último ano
Zona Eleitoral	Sem atribuição			

5.1) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO ELEITORAL

O Promotor de Justiça informou:

Esta Promotoria correccionada não possui atribuição em Eleitoral.

6) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

() Não exerce atribuição extrajudicial

(X) Exerce atribuição extrajudicial

Curadorias: **Controle Externo da Atividade Policial e Questões Agrárias**

6.1) PROCEDIMENTOS EM ANDAMENTO (Relatório do PROEJ – DOC 03)

Trâmites	Notícia de Fato	PP	IC	PIC	PA
Em andamento	80	60	10	1	7
Fora do Prazo	0	0	0	0	0
Numeração dos procedimentos mais antigos (instaurados antes de 2017)	0	0	0	0	0
Procedimentos com mais de 90 dias sem movimentação	0	0	0	0	0

6.2) ESTATÍSTICA EXTRAJUDICIAL (Relatórios do PROEJ – DOC 03)

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DO PROMOTOR (Período: 01 ano antes da correição)							
Trâmites realizados	Ações cautelares ajuizadas	Ações civis públicas ajuizadas	Ações de improbidade ajuizadas	TAC's celebrados	Audiências Extrajudiciais realizadas	Audiências públicas realizadas	Recomendações Expedidas
2138	0	0	0	0	117	0	2

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA - PROVIDÊNCIAS DECORRENTES (Período: 01 ano antes da correição)						
Quantidade de ações cautelares ajuizadas	Quantidade de ações civis públicas ajuizadas	Quantidade de ações de improbidade ajuizadas	Quantidade de ações criminais ajuizadas	Quantidade de TAC's celebrados	Quantidade de ações de execuções ajuizadas	TOTAL
0	0	0	0	0	0	0

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA (Período: 01 ano antes da correição)								
registro de Notícias de Fato	instauração de Procedimentos Preparatórios	instauração de Inquéritos Civis	instauração de PIC's	instauração de PA's	Arquivamento sumário	Arquivamento com Remessa/CSMP ou Arquivamento com Remessa/Órgão Externo	Arquivamento - Acordo Entre Partes	Declinação de Atribuição/Mesmo Ramo
261	69	07	01	13	167	07	0	12

6.3) PRINCIPAIS ACP'S EM CURSO

Principais ACP's e Ações de Improbidade em curso ajuizadas pelo membro correicionado no último ano	
Número da ACP	Objeto da ACP
NÃO CONSTA	

6.4) TAC'S CELEBRADOS/RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

TAC's celebrados/Recomendações expedidas pelo membro correicionado no último ano (Cópias – Anexo 09)	
Número do TAC/Recomendação	Temática
Nº01/2020 (PROEJ nº15.20.01.0128)	Termo de Ajustamento de Conduta: Cumprimento pela Polícia Civil do Estado de Sergipe dos prazos estabelecidos no artigo 10, § 3º, do Código de Processo Penal.
PROEJ nº 15.19.01.0065 e outros	Termo de Ajustamento de Conduta: Versa sobre convocação de efetivo para a Polícia Militar do Estado de Sergipe e para o Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe.
PROEJ nº 15.20.01.0097	Recomendação: Dispõe sobre a identificação de testemunhas em inquéritos policiais e procedimentos administrativos em geral.
Nº 09/2020-Gabinete de Acompanhamento de Crise COVID/19 (PROEJ nº15.20.01.0095)	Recomendação: Endereçada ao município de Aracaju/SE para promover aviso público sonoro relacionado à concentração de pessoas, bem como promover a interdição de logradouros públicos, utilizando o aparato que dispõe.
PROEJ nº 15.20.01.0112	Recomendação: Assinatura virtual conjunta de recomendação endereçada ao município de Aracaju/SE(SMTT), para promover o bloqueio de vias públicas localizadas nas imediações da Agência Serigy, da Caixa Econômica Federal, localizada no Bairro Centro, Aracaju/SE, objetivando regularizar a situação do isolamento social necessário.

6.5) ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Acordos de Não Persecução Penal celebrado pelo membro correicionado/promotoria no último ano	
Número do Procedimento/Processo Judicial	Temática
NÃO CONSTA	

6.6) ATUAÇÃO COMO MEMBRO DESIGNADO

Procedimentos em que o Promotor correicionado atua(ou) como membro designado	Situação do Procedimento (encerrado ou em andamento)
05.14.01.0014	Andamento

6.7) OBSERVAÇÕES GERAIS DO PROMOTOR DE JUSTIÇA – ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

O Promotor de Justiça informou:

A Promotoria correccionada expediu, no último ano, 02 (dois) TAC's e 03 (recomendações), conforme documentos constantes no Anexo 09.

6.8) OBSERVAÇÕES GERAIS – ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

Foi observada a regularidade no desenvolvimento das atividades extrajudiciais, estando todos os procedimentos dentro do prazo de tramitação.

Cumpra registrar que os dados constantes nas Tabelas do item 6.2 foram extraídos do Sistema PROEJ. Dessa forma, **considerando que o sistema PROEJ reflete os dados registrados pela unidade, a Corregedoria Geral orienta que os dados sejam lançados de acordo com os movimentos realizados e anexados ao sistema (Recomendação e Termo de Ajustamento de Conduta).**

7) ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relatórios	Em dia	Pendente	Sem Atribuição
ARQUIMEDES			X
MPJUD			X
CITT (Interceptações Telefônicas) – Res. 36/CNMP	X		
Atividade Eleitoral			X
DISQUE 100 () Aguardando Análise () Em análise () Finalizadas			X

7.1) Observações Gerais do Promotor de Justiça – Sistemas

O Promotor de Justiça registrou:

A Promotoria não possui atribuição para Eleitoral e nem para os Sistemas ARQUIMEDES, MPJUD e DISQUE-100.

7.2) Observações Gerais – Sistemas

O controle das atividades desenvolvidas pela 3ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju, Especializada no Controle Externo da Atividade Policial e Questões Agrárias, se dá através do sistema PROEJ e do envio mensal das tabelas da Resolução nº 195 do Conselho Nacional do Ministério Público, que estão sendo regularmente encaminhadas pela unidade correccionada.

8) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

O Promotor de Justiça registrou:

Ofício nº 73/2009: Elogio do Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos por sua destacada intervenção na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos;
Ofício nº 118/2014: Menção de elogio pelo excelente desempenho das atividades profissionais, emanado pela Corregedoria Geral do Ministério Público;
Ofício nº 714/2005: Curso de Aperfeiçoamento no Combate à Lavagem de Dinheiro;
Ofício nº 489/1999: XIII Congresso Nacional do Ministério Público;
Ofício nº 161/2000: I Congresso Mundial do Ministério Público;
Ofício nº 1.154/2010: X Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul;
Ofício nº 3.173/2013: XX Congresso Nacional do Ministério Público, na cidade de Natal/RN;
Ofício nº 1.900/2015: XXI Congresso Nacional do Ministério Público, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

Artigos/livros:

2011- O Ministério Público Contemporâneo – Livro;
2012 - O Ministério Público e o Desafio das Drogas - Livro
2013- O Ministério Público e os Objetivos do Milênio – Livro;
2014 -Artigos Acadêmicos de Direito - Livro;
2015-Ecos de Lagarto e de sua Gente- Livro;
2013 -Tese Aceita e Publicada - XX Congresso Nacional do MP - A Ação de Improbidade Administrativa ...

Certificados:

1981 - Seminário Sobre Desenvolvimento de Sergipe
1982 - Seminário sobre a Eletrônica e a Telecomunicação na Atualidade
1988 -Mérito Estudantil -Média Geral mais Alta do Ano Letivo
1992 -I Seminário de Direito Processual
1993 -Curso de Comunicação e Argumentação Verbal
1994 - I Congresso do MP do Nordeste
1994 -10ºCongresso Nacional do MP
1995 - I Simpósio de Direito Processual Civil
1996 -II Congresso do MP da Região Nordeste e Seminário Nacional de Avaliação da Atuação do MP
1998 -12º Congresso Nacional do Ministério Público
1998 -II Congresso Nacional dos Promotores do Júri
1999 -I Seminário de Juizados Especiais 'Os Juizados em um Novo Perfil de Justiça'
1999 -II Encontro 'O Ministério Público e a Nova Legislação Penal e Processual Penal'
2002 -Palestrante - I Fórum de Segurança Pública da Região Centro-Sul do Estado de Sergipe
2003 -XV Congresso Nacional do Ministério Público
2005 - IV Congresso Nacional dos Promotores do Júri
2005 -Reconhecimento - Medalha Alferes Tiradentes
2006 -A Criminalidade na Era Digital
2007 - Reconhecimento - Conselho Estadual de Entorpecentes
2008 -Campanha 'O que Você Tem a ver com a Corrupção
2009 -1º Conferência Nacional de Segurança Pública Etapa Sergipe

2009 -2º Encontro de Cooperação entre Conselhos Estaduais de Políticas Sobre Drogas
 2009 -Fórum de Segurança Pública do Conjunto Novo Horizonte
 2009 -Outorga Medalha -IV Centenário do Ministério Público Brasileiro
 2009 -Palestrante - Problemática da Droga na Atualidade – Marçonaria
 2009 -Seminário Estádios, Segurança e Condições de Uso
 2010 - Palestrante - I Fórum de Segurança Pública de Lagarto
 2010 -1º Seminário de Combate as Drogas do Município de Itabí
 2010 -Congresso Nacional de Estudos Jurídicos- Direito Público
 2010 -I Fórum Intermunicipal de Gestão Pública
 2010 -II Encontro Municipal de Medidas Socioeducativas em Lagarto
 2010 -Medalha ' Mérito do Bombeiro Militar'
 2010 -Palestrante - II Seminário Comunicação Justiça - O Papel da Justiça, Ministério Público e Po
 2011 -Curso de Expressão Verbal e Oratória
 2011 -IV Conferência Regional para a América Latina da Internacional Association of Prosecutors
 2012 -Curso de Controle na Aplicação de Verbas Públicas Federais
 2012 -Palestrante - XII Seminários Integrados - O Papel do MP em Defesa da Sociedade
 2013 - Diploma Membro Imortal Ocupante da cadeira nº 5 da Academia lagartense de Letras
 2013 -Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior
 2013 -Palestrante - Mesa Redonda - Drogas - Conhecer, Prevenir e Cuidar
 2014 - Convite Paraninfo da Turma 201401 - Direito Faculdade FASER
 2014 - Examinador da Comissão Julgadora de Trabalhos de Conclusão do Curso de Bacharelado em Direito
 2014 -Ciclo de Capacitação em Perícias - Cinemática de Acidente de Trânsito
 2014 -Curso de Controle Externo da Atividade Policial
 2014 -Curso Resolução Consensual de Conflitos Coletivos envolvendo Políticas Públicas
 2014 -I Curso Avançado de Técnicas de Segurança Pessoal
 2014 -II Curso de Direção Defensiva e Evasiva
 2014 -Palestrante - Ética das Profissões Jurídicas
 2014 -Pós-Graduação em Direito Penal - Ciências Sociais Aplicadas
 2015 - Atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri
 2015 - Seminário O Ministério Público e o Combate à Criminalidade
 2015 - USA -Rotas de Imigração, Indicadores de Fraude e Perfil do Impostor
 2015 -1º Encontro para a Construção do Novo Planejamento Estratégico do MPSE
 2015 -Ciclo de Capacitação em Perícias - II Perícia Médico-Legal
 2015 -Curso Checklist de Licitações e de Contratos Administrativos
 2015 -Curso de capacitação - Novo CPC
 2015 -Curso de Investigação Criminal e Combate ao Crime Organizado
 2015 -De Olho na Transparência
 2015 -Dia Internacional Contra Corrupção
 2015 -Fórum Gestão Sustentável do MPSE
 2015 -Seminário Interdição Parcial
 2015 -Seminário Saúde Materno-Infantil
 2015 -Violência Contra a Mulher em Debate
 2016 -Ciclo de Capacitação em Perícias - II- Local de Crime, Balística Forense
 2016 -Curso Direito Eleitoral - Eleições 2016
 2016 -O Ministério Público no Novo CPC
 2016 -Seminário Enfrentamento ao Racismo e Garantia da Liberdade Religiosa

2016 -Seminário O Ministério Público no Enfraquecimento À Corrupção
 2016 -Seminário Sistema Prisional
 2016 -Simpósio Regional em Reflexão ao Dia Mundial da Água
 2016 -Treinamento sobre Sistema de Investigações de Movimentações Bancárias – SIMBA
 2017 -I Encontro Nacional do Ministério Público do tribunal do Júri
 2017 -II Seminário o Ministério Público na Defesa da Segurança Pública
 2017 -Seminário Cidade sem Lixão
 2018 - II Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri
 2018 - Seminário 130 Anos após Abolição da Escravatura no Brasil e I Encontro de Formação Pedagógica
 2018 -Palestrante -I Encontro Acadêmico de Direito
 2019 - Docente - Esportes Gerais e Torcidas Organizadas
 Certificado de Mediação

9) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL

Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou.		Descrição da atividade desenvolvida
9.1 Exercício da função pedagógica da cidadania²	(X) Sim () Não	Realização de palestras em escolas
9.2 Realização periódica de audiências públicas³	(X) Sim () Não	Realização de audiência para discutir a estrutura e o funcionamento da segurança pública no estado.
9.3 Combater as causas que geram desigualdades⁴	(X) Sim () Não	Com a adequada fiscalização da atividade policial
9.4 Incentivo ao controle de constitucionalidade⁵	(X) Sim () Não	Exercendo o que está previsto no artigo 127 e seguintes da CF
9.5 Fiscalização do cumprimento das sentenças de procedência proferidas em ações promovidas pelo MP	(X) Sim () Não	Visitando unidades policiais
9.6 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas	(X) Sim () Não	Empreendendo termos de ajuste de conduta
9.7 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	(X) Sim () Não	Procedimento que apurou desvio policial, no caso de abordagem a um veículo de transporte do tipo uber.

2 Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.

3 Espaço dialógico da Democracia. Ouvir a comunidade, colher propostas e prestar contas de seu trabalho.

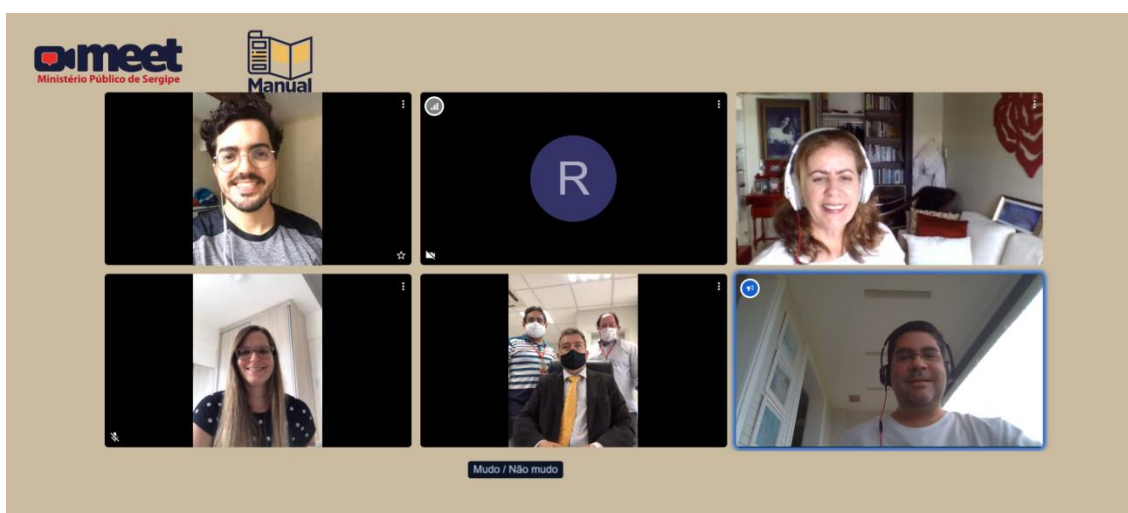
4 Exercício da função extrajudicial de modo interdisciplinar, ou seja, dialogando com os demais ramos do conhecimento científico e se utiliza, em procedimentos judiciais e extrajudiciais, indicadores sociais como prova.

5 Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador Geral de Justiça ou ao Procurador Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de constitucionalidade.

10) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

10.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade?	() Sim
	(X) Não
10.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(quais):	
10.3) Relação dos procedimentos extrajudiciais (PROEJ) com atuação dentro do planejamento estratégico: NÃO CONSTA	
10.4) Observações gerais/Justificativa	

11) REGISTRO FOTOGRÁFICO



12) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA

O Promotor de Justiça registrou:

Esta Promotoria correicionada também possui atribuição para trabalhar com o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos – SINALID, bem como possui designação pelo Conselho Estadual de Segurança no que se refere à segurança de grandes eventos esportivos.

13) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à questão suscitada pelo Promotor de Justiça relativa à insuficiência da estrutura de apoio da Promotoria, relatando a necessidade de lotação de mais um Técnico do Ministério Público, como já informado, será dado conhecimento dos fatos ao Procurador-Geral de Justiça, que detém atribuição para lotação de servidores.

Verificou-se que os serviços da 3ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju, Especializada no Controle Externo da Atividade Policial e Questões Agrárias, estavam absolutamente regularizados, merecendo registro da excelência da atuação do Promotor de Justiça Dr. Deijanirio Jonas Filho, na condução das atividades na Unidade, juntamente a sua equipe de servidores.

CONCEITO – Art. 74 da Resolução nº 005/2014 – CPJ

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas: ÓTIMO
2. Desempenho Atividade Judicial: ÓTIMO
3. Desempenho Atividade Extrajudicial: ÓTIMO
4. Desempenho Utilização dos Sistemas: ÓTIMO
5. Avaliação Qualitativa: ÓTIMO

CONCEITO GERAL: ÓTIMO

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste relatório para conhecimento do Promotor de Justiça interessado, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias, quando, então, será atribuído conceito, nos termos do art. 74 do Regimento Interno da Corregedoria Geral e, após, será encaminhado, para conhecimento, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Ressalta-se, por fim, que os trabalhos correccionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os Promotores de Justiça devem manter os serviços da Promotoria em dia e organizados.

Considerando que não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta do Promotor ao relatório e após a apreciação pelo CSMP,

Arquive-se.

Aracaju, 03 de agosto de 2020

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg
Procuradora de Justiça
Corregedora Geral do Ministério Público
Coordenadora da COAPAZ

11) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

Aracaju, 27 de julho de 2020

DEJANIRO JONAS FILHO